

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.677 - SP (2019/0272521-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **RAQUEL DA SILVA DOMINGOS**
ADVOGADO : **OTÁVIO YUJI ABE DINIZ - SP285454**
RECORRIDO : **MARIA CRISTINA LEONCIO**
RECORRIDO : **GERALDA DA SILVA SANTOS**
RECORRIDO : **ROSELI RAMOS DA SILVA**
RECORRIDO : **MARCIO RAMOS**
RECORRIDO : **MARCOS VINICIUS RAMOS**
ADVOGADOS : **ALEXANDRE AUGUSTO BATALHA - SP173726**
 : **SHIRLEY SILVINO ROCHA - SP178933**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por RAQUEL DA SILVA DOMINGOS com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, ao acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"APELAÇÃO. Ação de usucapião extraordinária e de reintegração de posse em julgamento conjunto. Sentença de improcedência da usucapião e de procedência da possessória. Pleito de reforma da autora da usucapião e requerida na reintegração de posse. 'Decisum' correto. Hipótese em que não se verificou a presença dos requisitos legais para adquirir o domínio por usucapião. Ausência de comprovação de posse mansa e pacífica por mais de quinze anos, tanto pela prova documental produzida, como pela prova oral, aliada à intervenção de terceiros interessados, antes do lapso necessário. Inteligência do art. 333, I, CPC (preservado pelo artigo 373, I do Novo CPC). Sentença alterada somente quanto à verba sucumbencial, em face da justiça gratuita concedida à recorrente. Recurso a que se dá parcial provimento" (e-STJ fl. 400).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

A recorrente alega violação do artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015. Sustentando em síntese, a negativa de prestação jurisdicional.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A alegação de negativa de prestação jurisdicional merece prosperar.

Foram opostos declaratórios pela parte ora recorrente, firme nas seguintes argumentações:

"o v. Acórdão não apreciou o pedido de condenação a indenização pelas benfeitorias realizadas e pagamento de encargos de IPTU do imóvel em atraso e pagos pela embargante, motivo pelo qual merece ser suprida a omissão em apreciar o pedido da embargante" (e-STJ fl. 407).

Superior Tribunal de Justiça

Compulsando os autos, verifica-se que, não obstante a oposição de embargos declaratórios, a Corte local permaneceu silente quanto à essa questão.

O artigo 1.022, parágrafo único, II, do CPC/2015, remetendo-se ao artigo 489, § 1º, IV, determina que é omissa a decisão que "*não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador*".

Assim, não tendo o Tribunal local enfrentado questão necessária ao deslinde da controvérsia, resta impossibilitado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a transgressão ao art. 1.022 do CPC/2015 a fim de anular o acórdão recorrido para suprir a omissão existente.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 1022 DO CPC/2015. OMISSÃO. NULIDADE DO JULGADO. RETORNO DOS AUTOS. NECESSIDADE.

1. Existindo na petição recursal alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, a constatação de que o Tribunal de origem, mesmo após a oposição de Embargos Declaratórios, não se pronunciou sobre pontos essenciais ao deslinde da controvérsia autoriza o retorno dos autos à instância ordinária para novo julgamento dos aclaratórios opostos.

2. Nesse contexto, deve ser dado provimento ao Recurso Especial a fim de que os autos retornem ao Tribunal de origem para que este se manifeste sobre a matéria articulada nos Embargos de Declaração, em face da relevância da omissão apontada.

3. Recurso Especial provido, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, para novo julgamento dos Embargos de Declaração" (REsp 1.642.708/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 17/04/2017).

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que seja apreciada a matéria suscitada nos declaratórios de fls. 407/408 e-STJ como entender de direito.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 27 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator